

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



GEORGE GIANNI / VGDF

O prazo para a regularização das pendências termina dia 30

Brasiliense tem última semana para escapar do Leão da Receita

Na capital que abriga a sede da Receita Federal e concentra uma das maiores rendas per capita do país, cerca de 38 mil contribuintes do Distrito Federal chegam à última semana de outubro tentando sair da malha fina do Imposto de Renda. O prazo para a regularização das pendências termina na próxima sexta-feira (30), colocando milhares de brasilienses em uma corrida contra o relógio para evitar que erros aparentemente simples evoluam para problemas maiores. Os principais motivos para as retenções identificadas neste ano envolvem inconsistências em despesas médicas, omissão de rendimentos esporádicos, falhas na declaração de rendas de dependentes e divergências relacionadas a aposentadorias pagas por mais de uma fonte. O cenário chama atenção porque o Distrito Federal reúne uma população altamente escolarizada e habituada aos procedimentos da administração pública. Ainda assim, a complexidade crescente do cruzamento eletrônico de dados continua produzindo uma espécie de malha fina coletiva. Para muitos contribuintes, a reta final do mês será dedicada à revisão de documentos, recibos e informações prestadas ao Fisco.



DIVULGAÇÃO/MPDFT

A promotora Cláudia Tomelin, escolhida pelo presidente Lula

Claudia Tomelin vai comandar o MPDFT

A promotora de Justiça Claudia Braga Tomelin será a próxima procuradora-geral de Justiça do DF no biênio 2026-2028. Escolhida pelo presidente Lula para o comando do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), ela assumirá o cargo em dezembro, quando termina o segundo mandato de Georges Seigneur. Atual secretária-geral do MPDFT, Tomelin está no órgão desde 2012 e fez trajetória em áreas como infância e juventude, Tribunal do Júri, Juizado Especial Criminal e enfrentamento à violência doméstica. Também autou na fiscalização do sistema prisional e segurança pública durante passagem pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A futura chefe do MPDFT também é titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de São Sebastião. A mudança abre uma nova etapa na condução administrativa do órgão responsável por atuar em áreas como defesa da cidadania, fiscalização do poder público e proteção dos direitos coletivos no DF.

A segunda chance do Fisco é lei recente

O susto de encontrar uma carta da Receita Federal na caixa de correio tem provocado uma descoberta curiosa entre contribuintes do Distrito Federal: a existência de uma oportunidade para corrigir erros antes da abertura de procedimentos fiscais mais rigorosos. Entre 5 e 20 de outubro, o órgão enviou 9.879 correspondências para moradores do DF dentro do Projeto Cartas 2026, amparado pela nova Lei Complementar 225/2026, que obriga a Receita a dar essa “chance de defesa/correção” prévia ao cidadão. A medida alcançou um grupo selecionado de contribuintes cujas declarações apresentaram inconsistências consideradas simples e passíveis de correção espontânea. A lógica é diferente daquela que marcou a atuação tradicional do Fisco durante décadas. Em vez de iniciar imediatamente procedimentos de cobrança e penalização, a Receita passou a estimular a correção voluntária por meio dos canais digitais disponíveis ao cidadão. O modelo ganhou força com as novas diretrizes de conformidade tributária e busca reduzir custos administrativos.

Arruda obtém vitória na Caixa de Pandora

O ex-governador José Roberto Arruda (PSD), que disputou o GDF nas eleições deste ano, conquistou uma importante vitória judicial ao ser absolvido pela 1ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do DF em uma ação de improbidade administrativa ligada à Operação Caixa de Pandora. A decisão reformou (modificou) sentença de primeira instância e também beneficiou outros réus do processo. Os desembargadores entenderam que as gravações ambientais realizadas pelo delator Durval Barbosa, consideradas ilícitas em outras instâncias judiciais, não poderiam ser utilizadas como fundamento para a condenação. Com a exclusão desse material, o colegiado concluiu que não restaram elementos autônomos suficientes para comprovar o enriquecimento ilícito ou o recebimento de vantagens indevidas por parte dos acusados. O caso analisava suspeitas relacionadas a contratos firmados entre o GDF e a empresa Uni Repro durante a gestão Arruda. A decisão também determinou o desbloqueio dos bens atingidos por essa ação específica. O resultado é visto por aliados como um precedente favorável para outros processos.



O TRE-DF informou que urnas fechadas não podem mais ser reabertas

No DF, urnas fecharam antes do aviso sobre a prorrogação

Algumas urnas já transmitiam os resultados quando houve a notificação

Da Redação

As urnas nas seções eleitorais do Distrito Federal foram fechadas às 17h, antes de mesários e presidentes receberem a informação sobre a prorrogação da votação até as 19h, conforme dados divulgados pela Agência Brasil. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) informou que, até as 17h40, não havia recebido notificação oficial da medida determinada pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pouco antes das 17h. Quando a notícia começou a circular na imprensa, minutos após as 17h, as urnas já estavam fechadas e algumas seções iniciavam a transmissão dos resultados. Segundo o TRE-DF, uma urna fechada não pode ser reaberta. O tribunal informou que precisava de antecedência para orientar as equipes a manter a votação aberta. A extensão até as 19h foi solicitada pela coligação Brasil Pronto Pra Mais, que apoia o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O pedido foi motivado por dificuldades de transporte relatadas por eleitores em Salvador, Feira de Santana e Lauro de Freitas, na Bahia. Depois, a coligação apontou

problemas em São Paulo e pediu a extensão nacional. O pedido passou pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) antes de chegar ao STF. Na Bahia, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA) determinou a prisão do secretário de Mobilidade de Salvador, Pablo Souza. A decisão apontou que a pasta reteve dezenas de ônibus nos pátios. A prefeitura disse que os adesivos com o número de Lula nos vidros precisavam ser retirados. Ainda de acordo com a Agência Brasil, uma eleitora chegou a uma escola da Asa Norte, em Brasília, às 17h01, mas encontrou o portão fechado e não pôde entrar. A decisão judicial ainda não era conhecida no local. O TRE-DF comunicou a prorrogação às zonas eleitorais às 17h10, quando as mídias das urnas já haviam sido retiradas. A eleitora voltou à escola após saber da decisão pela imprensa, mas a votação já havia sido encerrada. Às 17h29, o TRE-DF informou que, por decisão da juíza eleitoral responsável, as eleições nas seções correspondentes estavam definitivamente encerradas. O caso mostrou o atraso entre a ordem judicial e a comunicação às equipes. A ordem veio perto do fim do horário regular.